

ARTIGO

A escrita literária da história: O caso *O gaúcho*

The literary writing of history: the case O gaúcho

Fabrício Antônio Antunes Soares*

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil

RESUMO: O presente artigo quer examinar como foi operacionalizado, no romance *O gaúcho*, do escritor José de Alencar, a construção de sentido narrativa da Farroupilha. O período investigado é o terceiro quartel do século XIX e o espaço analisado é o Brasil monárquico. O objetivo é analisar como foi construída a narrativa sobre a Farroupilha no contexto denominado o “Apogeu da monarquia”. O problema que norteia o artigo é saber como a operação literária da história contribuiu para a analisar a construção de sentido da Farroupilha na fonte supracitada, isto é, investigar as relações do romance/fonte com a historiografia e, também, da escrita da história com a escrita da literatura. A partir do exposto, conclui-se que a construção de sentido de *O gaúcho* ganha em potência interpretativa quando analisada pela operação literária da história e, ao mesmo tempo, comparada com a crítica literária precedente.

PALAVRAS-CHAVE: teoria da história; literatura; história da historiografia; história intelectual; Farroupilha.

ABSTRACT: The present article wants to examine how the narrative construction of meaning of the Farroupilha was operationalized in the novel *O Gaúcho*, by José de Alencar. The period investigated is the third quarter of the 19th century and the space analyzed is monarchical Brazil. The objective is to analyze how the narrative about Farroupilha was constructed in the context called the “Apogee of the monarchy”. The problem that guides the article is to know how the literary operation of history contributed to analyze the construction of meaning of Farroupilha in the aforementioned source, that is, to investigate the relations of the novel/font with historiography, and also, of the writing of history with the writing of literature. From the above, it is concluded that the construction of meaning of *O gaúcho* gains in interpretative power when analyzed by the literary operation of history and, at the same time, compared with the preceding literary criticism.

KEYWORDS: theory of history; literature; history of historiography; intellectual history; Farroupilha.

* Professor da Universidade Estadual de Londrina (PPGHS/UEL) e Professor-Pesquisador FLACSO/Brasil. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-doutor em História pelo (PPGH/UNIFAP).
E-mail: fabricaoantunessoares@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6132-803X>

Introdução

Este artigo analisa como o romance *O gaúcho*, do escritor José de Alencar (1829-1877), constrói em sua narrativa uma interpretação literária da história da Farroupilha.¹ Assim, este artigo investigará as relações da obra de Alencar tanto com a historiografia do seu período como as relações da literatura com a historiografia. Portanto, no período de produção e publicação da obra *O gaúcho* a historiografia dominante no Brasil era produzida pelo IHGB e, além disso, a estética predominante era a romântica, ambas compreendendo a origem lusitana da jovem nação em construção e, por outro lado, compreendia-se a província sulina dentro dos marcos do Estado nacional brasileiro. Assim, o artigo trabalha com a hipótese de que a obra *O gaúcho* articula-se com a historiografia do seu período como também dialoga com as relações entre a escrita da história e da literatura (RAMOS, 2015; CÂNDIDO, 2016; SILVEIRA, 2009).

Para alcançar o objetivo aqui proposto, o artigo vale-se da operacionalidade analítica de entender a obra de José de Alencar como uma operação historiográfica (CERTEAU, 2007, p. 65-119; RAMOS, 2015), isto é, os procedimentos que Certeau (2007) expõe para analisar a escrita da história, usarei para analisar a escrita literária da história. Óbvio que o que Certeau (2007) propõe é para a operação historiográfica *strictu sensu*, mas, aqui pretendo ver a possibilidade fecunda de tal arcabouço metodológico posto a serviço de uma “operação literária da história”. Para fazer essa translação da historiografia para a literatura dois passos teóricos são importantes. Por um lado, apreender e operar as diferenças entre ambas as escritas (LIMA, 1989, 2006) e, por outro lado, manejar as semelhanças (RICOEUR, 2010, vol. 1 e 3)

Portanto, o caminho dessa investigação é saber como o romance *O gaúcho* se articula com o lugar social, com a prática e com a escrita, em outras palavras, como é possível perceber a “operação historiográfica” na literatura sobre a Farroupilha (RODRIGUES, 2019; SOARES, 2019). Assim sendo, examinar a obra de José de Alencar através da operação literária da história significa analisá-la como a articulação entre a) um lugar social, b) práticas científicas e c) a escrita de um texto (CERTEAU, 2007, p. 66). Para compreender, portanto, a história das narrativas sobre a Farroupilha (SOARES, 2019; PESAVENTO, 2009), parte-se do pressuposto de que qualquer narrativa histórica e literária se encadeia com um(ns) lugar(es), um(as) prática(s) e escrita(s) e, também, suas determinações tanto sociais e culturais como políticas e econômicas. Isso acarreta uma forma de proceder na escrita literária da história limitada por condições inerentes ao lugar de sua produção. Esse é, então, um dos requisitos do desenvolvimento da operação literária da história. Portanto, além de fornecer, por um lado, a solidez social à escrita literária, o lugar social, a prática e a escrita, por outro lado, também a tornam possível, e assim a escrita literária, em comparação com a escrita da história, delinea-se “por uma *relação da linguagem* com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe” (CERTEAU, 2007, p. 76).

Ademais, a Farroupilha, ou Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, foi um conflito militar e político na Província de São Pedro entre 1835 e 1845. Ela faz parte de um duplo movimento histórico, a montante, faz parte das revoltas regenciais que assolaram o Império Brasileiro em seu início de consolidação (PICCOLO, 1985), e, a jusante, faz parte dos conflitos platinos que varreram essa região na constituição de seus Estados-nacionais (GUAZZELLI, 1998). Desse modo, a Farroupilha começou como um movimento de autônima política da Província, como as demais províncias brasileiras, para um ano depois tornar a Província de São Pedro² uma República separada do Brasil. Também, a Farroupilha tornou-se o pilar central da identidade do sul-rio-grandense pelas mais variadas práticas simbólicas ao longo de um século.

O romance *O gaúcho* foi escrito na capital do Império brasileiro, o centro do poder monárquico, a cidade do Rio de Janeiro. O romance, acatando o lugar de produção textual, censurou politicamente a Farroupilha. Essa reprovação tem a ver com a necessidade política de controlar a memória e a história da jovem nação em construção. Era fundamental não prosperar mais nenhuma ideia ou narrativa que se opusesse à ordem monárquica. E a Farroupilha, como as demais revoltas regenciais, era um passado que precisava ser controlado institucionalmente e negado intelectualmente, dentro do projeto da monarquia centralizada.

Portanto, para atingir o objetivo aqui proposto, dividiu-se o artigo em quatro partes. Na primeira parte, faço uma história da crítica sobre o romance *O gaúcho* para daí extrair um direcionamento analítico, isto é, avalio a fortuna crítica em torno do romance aqui analisado. Na segunda parte, investigo o lugar social em seu contexto social, político e das instituições do saber no Brasil monárquico entre 1850 e 1870, período em que se ambientou a escrita do romance. A terceira parte averigua o contexto intelectual e as práticas literárias em que foi escrito *O gaúcho*. A quarta parte examina a escrita literária da história no romance, isto é, como na narrativa do romance surge a história que foi escrita de forma literária.

Uma história da fortuna crítica sobre *O gaúcho*

A obra literária de José de Alencar é vasta e, também, é extensa a fortuna crítica sobre ela (CANDIDO, 2016; SILVERA, 2009). Para este artigo, interessa somente uma história da crítica em relação ao romance *O gaúcho*. Sendo assim, em 1886 o poeta e escritor Bernardo Taveira Júnior (1836-1892), no livro *Provincianas*, criticou José de Alencar por causa do romance *O gaúcho*. Para Taveira, a poesia é “a expressão da verdade revestida das formas artísticas, segue-se que sem àquela e sem estas não há poesia” (TAVEIRA, 1886, p. 6). Portanto, acreditando na verdade da poesia, Taveira afirma que poetizou “sobre coisas que me passaram pelos olhos, e das quais tenho pleno conhecimento” (TAVEIRA, 1886, p. 7) e que

Não fiz como *Senio*, que num livro intitulado – o gaúcho – tratou do campeiro do Rio Grande do Sul, dos seus hábitos, e costumes, sem nunca ter presenciado nada d’isso... É esta razão porque do eminente romancista brasileiro é aquele seu livro o de menos mérito, e mais falto de verdade. Ninguém escreva sobre o que não conhece ou viu, ou ainda confiado em informações destituídas de toda a verossimilhança. (TAVEIRA, 1886, p. 7).

Para Taveira, José de Alencar faltou com a verdade, em sua ficção, por não conhecer o Rio Grande do Sul. Para ele, *Senio*³ nem visitou o Rio Grande do Sul, nem buscou informações com as pessoas da Província, por isso, fantasiou no seu gaúcho. E para Taveira: “*Senio*, como romancista podia fantasiar; mas tendo sempre por tema a verdade [...] *Senio* naufragou na fantasia do seu gaúcho, porque este – o tema d’aquela – era um pseudogaúcho” (TAVEIRA, 1886, p. 8).

Portanto, o entendimento do que seria, narrativamente, o gaúcho, está previamente vinculado à forma como Taveira produz a sua ficção, isto é, seguindo os passos da observação sensorial. Em Taveira, para o literato escrever verdadeiramente há a necessidade do conhecimento (sensível) do objeto acerca do qual escreve. José de Alencar faltou com a verdade, segundo Taveira, não porque fantasiou, mas porque partiu de um falso gaúcho, não produzido pela observação empírica. Mas, para sanar isso, ele teria que ter visto, conhecido (experimentalmente) o objeto do romance. Sem isso seu romance passou por inverossímil. E como ele partiria de um entendimento falso, produziu uma narrativa fantasiosa sobre o gaúcho, que não diria a verdade de forma artística. Por ter preenchido os requisitos

epistêmicos que considerava necessários para conhecê-lo, Taveira acreditou ter produzido um gaúcho artisticamente verdadeiro.⁴

Na mesma época que Taveira Jr., Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), advogado e crítico literário cearense, critica Alencar da mesma forma que Taveira: “O verdadeiro pampa não foi observado pelo romancista; este que aí fica esboçado nas páginas do livro não passa de um sonho, de um pesadelo: pintura mais exata das desolações, das tristuras que povoavam a mente do escritor” (ARARIPE JR. *apud* MEYER, 1958, p. 409). Meio século depois de Taveira Jr. e Araripe, Augusto Meyer (1902-1970), ensaísta e folclorista, também retoma a mesma crítica: “De qualquer modo, a observação de Araripe vem confirmar certas deficiências do texto, quando o consideramos do ponto de vista documentário, particularmente no que se refere à assimilação da linguagem, ou do vocabulário regional” (MEYER, 1958, p. 410). Segue Meyer (1958, p. 412), “o aproveitamento intuitivo das informações documentárias [...] não consegue apagar as falhas e tropeços”. Alencar é criticado por não ter documentado de forma satisfatória o gaúcho, sua linguagem e a sua paisagem.⁵

O que podemos problematizar na afirmação de Meyer, como dos outros críticos, no fundo é expresso nessas palavras: “a criação literária vive em grande parte desse paradoxo, ou melhor, da contradição inevitável entre mimese, ou imitação da realidade, e a síntese criadora e subjetiva, que lhe dá estilo e vida” (MEYER, 1958, p. 413). O erro é entender a *mimesis* como *imitatio*, isto é, como mera reprodução do passado ausente. Ao contrário, ao aceitar-se o entendimento de *mimesis* como *poiesis*, o sentido muda e, no próprio processo de representação da *mimesis*, o diferente e o igual se misturam, interpõem-se.⁶ Não o contrário, como se houvesse, de um lado, a criação do diferente e, de outro lado, a repetição dele e ambos entrassem em conflito para produzir a representação, ou entrassem num paradoxo por ter que misturar realidade e fantasia. Só haveria paradoxo se se buscasse uma representação da realidade a partir do romance numa perspectiva de um empirismo positivista. Assim, haveria realidade (história) de um lado e sonho (ficção) do outro e, por fim, haveria um paradoxo.

Carla Renata Gomes (2008, p. 49, grifo meu), em sua crítica ao *O gaúcho*, 50 anos depois de Meyer, reatualiza a mesma crítica: “Talvez Alencar não tenha sido um eficiente *tradutor da realidade* rio-grandense”, e segue a autora: “Alencar não conseguiu fornecer um painel da sociedade rio-grandense que apresentasse suas nuances sociais adequadamente [...] devido sobretudo a ausência de uma *vivência* que lhe possibilitasse interpretar esta região com mais acuidade” (GOMES, 2008, p. 71, grifo meu), e continua, dizendo que Alencar “constrói um estereotipo lacunar, com base no mínimo senso-comum” (GOMES, 2008, p. 72), pois, “a partir de uma visão externa e sem nenhuma familiaridade com os costumes da província” (GOMES, 2008, p. 74).⁷ O romance *O gaúcho* e Alencar podem ser criticados, mas não por ter supostamente imaginado demais ou por não ter vindo à Província ver o habitante local, por não ter tido uma vivência entre os rio-grandenses e assim traduzir a realidade de forma adequada ao produzir seu romance. Aceitar essas críticas, pelo lado documentário e sensorial, é diminuir e limitar o papel da ficção e da literatura na interpretação do passado.

Feita essa avaliação da fortuna crítica sobre *O gaúcho*, tem-se os elementos teóricos para poder examinar o romance para além da crítica habitual e, também, abre-se uma janela interpretativa que explora a densidade da *mimesis* enquanto força criadora e como característica da escrita literária da história. Em relação a hipótese do artigo, essa parte do texto ajuda a entender a escrita literária da história com um protocolo próprio em que a relação da ficção com a experiência do documentário é relacional e não determinante.

O lugar (I): Contexto político e social

Para aprofundar a averiguação da hipótese, é necessário cercar o texto e articulá-lo ao seu contexto, isso permite encontrar uma gramática histórica em que o romance pode ser examinado em sua produção. De tal modo, após o período de consolidação do Estado imperial brasileiro, de 1831 a 1850, entrar-se-ia no período denominado “Apogeu da monarquia”, de 1850 a 1875 (CARVALHO, 2012). O poder do Partido Conservador desdobrou-se até 1853. Desse ano até 1862, prevaleceu a política da Conciliação, depois, na sequência, os liberais ficaram no poder até 1868. Dom Pedro II, em 1853, tendendo a revogar a supressão dos liberais do poder, levou ao gabinete um político do Partido Conservador que se delineava a suplantando os conflitos políticos que cindiam o Império desde 1831. Esse político era Honório Hermeto Carneiro de Leão, Marquês do Paraná. Falecido em 1856, sua arquitetura política ficou incompleta.

A Conciliação, mesmo que de reduzida duração, transformou a estabilidade do campo político-partidário que se deslocou no sentido de robustecer politicamente o Partido Liberal. Em 1862, foi concebido um novo partido, que reunia liberais moderados e conservadores dissidentes, a que se deu o nome de Liga ou Partido Progressista. Concomitante ao fim das insurreições e do temor da divisão do território, começaram embates sobre o caráter do sistema político. Liberais, progressistas e, após 1869, os radicais, principiaram a questionar diversas particularidades das instituições monárquicas. Só não questionavam o centro das instituições: a própria monarquia. Entretanto, essa dinâmica da vida política cessou por um evento começado no fim de 1864; A Guerra do Paraguai: “Prolongando-se o conflito, o imperador julgou necessário chamar ao poder os velhos conservadores, a cujo grêmio pertenciam os políticos mais experientes e os melhores oficiais. A mudança se deu em 1868 e causou um pequeno terremoto político” (CARVALHO, 2012, p. 105).

O Império do Brasil investiu contra o Uruguai, com a anuência da Argentina, e conduziu ao governo daquele país o general Venâncio Flores. Francisco Solano Lopez, presidente do Paraguai, com a ocupação brasileira deu ensejo a colocar em prática sua política regional. Em defesa do Uruguai, deu início às hostilidades contra o Brasil, que por fim acabou envolvendo a Argentina e o próprio Uruguai. O Brasil sustentou a maior parte das despesas da guerra tanto em soldados como recursos financeiros. Para Carvalho (2012), somente a disposição de D. Pedro II conservou o exército na guerra até a ruína de Solano Lopez. Os resultados para o erário brasileiro foram calamitosos. As decorrências políticas da guerra igualmente foram nocivas:

Preocupado em ter um gabinete afinado com o comando militar, então nas mãos do marquês de Caxias, que era membro do Partido Conservador, o imperador chamou ao poder esse partido quando a Câmara era dominada por progressistas e liberais. A mudança era constitucional, mas no ambiente reformista da época foi acusada de golpe de Estado. Golpe ou não, a tendência que se desenhava no sistema partidário de enfraquecimento dos conservadores foi revertida, voltando-se à antiga divisão bipartidária. Parte dos progressistas voltou ao Partido Liberal, outra criou o Clube Radical, que fiel a seu nome radicalizou as propostas de reforma. (CARVALHO, 2012, p. 106-107).

Nesse período, os novos liberais e os radicais colocaram pela primeira vez a questão da eliminação da escravidão em seus programas partidários. A própria Guerra do Paraguai colaborara para essa transformação. O Partido Conservador, ao voltar ao poder em 1868, enterrou a discussão da abolição, contudo os grupos liberais e radicais resgataram a questão da abolição ao fim do conflito. Outra decorrência do conflito com o Paraguai foi o início de um espírito de corporação entre os oficiais do Exército. No ano do fim da guerra, em 1870, foi fundado o Partido Republicano. O manifesto do

partido modificava a exigência de descentralização em declaração de federalismo. Contudo, a matéria mais controvertida após 1870 foi a “questão servil”. Portanto, pode-se perceber que no período de escrita e publicação de *O gaúcho* a monarquia e suas instituições estão em seu auge. Para a hipótese do artigo, nesta parte do texto avalia-se que o percurso histórico propiciou uma demanda de maior integração não só pelas instituições monárquicas mas também pelo aspecto cultural que fornecia sentido para uma burocracia de origem uniforme, um exército que vira nacional, a escravidão que marca toda vida brasileira e uma sociedade em expansão nas suas contradições econômicas.

O lugar (II): Contexto intelectual

No campo intelectual, em um período em que os letrados são políticos ou agentes do Estado Imperial, há uma articulação dos seus escritos com o interesse do Estado. Só publicam ou participam dos espaços institucionais reconhecidos socialmente à época aqueles comprometidos com o interesse do Estado, havendo poucos espaços (havia debates sobre diferentes projetos políticos)⁸ para a produção de algo que divergisse do projeto da monarquia.⁹

Desse modo, após a Independência, torna-se um imperativo à classe dirigente a busca de criação de uma literatura autônoma no Brasil, manifestando a seu modo os temas, dilemas e aspectos da nova nação.¹⁰ A literatura romântica se articulou ao processo de construção da ordem. Portanto, para Araujo (2008, p. 124),

Ela precisa ser a expressão de uma identidade. A nação já não é apenas a soma dos homens bons, mas um personagem histórico que é anterior à própria comunidade empírica [...]. Compreender a literatura como expressão de uma unidade individual chamada nação criava a necessidade de explicar as forças que a organizavam.

Os literatos foram, pois, à busca das tradições nacionais e da história,¹¹ sendo uma consequência o tema local: descrever costumes, paisagens e fatos nacionais. O romance foi um elemento em que se encadeou a construção da ordem. Os letrados românticos encontraram nesse gênero o veículo ideal.¹² Há três eixos para se pensar o romance romântico: a) o lastro do real;¹³ b) visão de país; e c) temas.

Sobre o terceiro eixo, que interessa mais diretamente a este artigo, a expansão do romance romântico imprimiu a “disposição de fixar literariamente a paisagem, os costumes, os tipos humanos” (CANDIDO, 2013, p. 434). Desse modo, dentre os assuntos da jovem nação foram os mais apreciados os mais diferentes para o cidadão: os índios e o homem rural. Nesse contexto, “O literato adquiria a sua via singular de fazer política. Como educador, sua missão era qualificar o brasileiro, que entregue aos seus próprios instintos não poderia ser o cidadão de um país civilizado” (ARAUJO, 2008, p. 133).

Também, no campo da produção histórica em 1838, cria-se, no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que desempenharia papel relevante na construção da memória e da história da nação. Assim, a partir desse momento, havia um núcleo arquivador e irradiador da história nacional.¹⁴ No pano de fundo da fundação do Instituto,

estava a veneração da nação, sendo a história vista como instrumento para elevar seu brilho e sua honra [...] o instituto foi criado no momento em que o país buscava proteção contra a “revolução” [...] os “princípios republicanos anárquicos” são rejeitados e combatidos. A manutenção da monarquia é tomada como garantia e pressuposto para a integração do país. (GUIMARÃES, 2011, p. 69).

Portanto, *O gaúcho* usou a Farroupilha como matéria de sua narrativa e a estética romântica do período foi a via pela qual se constituiu em texto a história literária do conflito sulino. Também, o romance fez-se de maneira a descrever paisagens e hábitos locais, contribuindo para a cor local¹⁵ da Província de Rio Grande ser conhecida no Império inteiro. A obra trazia seus personagens e suas paisagens, contudo articulando-as aos interesses do Império. As dissensões internas foram lembradas, mas com o objetivo de não serem mais repetidas.

Portanto, foi nesse contexto histórico de construção da ordem que se iniciou o controle sobre como recordar os 10 anos da guerra civil sulina. O controle sobre as narrativas se exerce no jogo político-social, nas instituições e também na escrita sobre o passado.¹⁶ Também nesse período um novo elemento identitário surgia no século XIX: a nacionalidade (THIESSE, 2001; 2002), e, portanto, a produção de um passado e uma memória nacional, no segundo quartel do século XIX, iniciou a formação da identidade brasileira. Essa identidade nacional começou a ser construída pela elite letrada tanto na literatura quanto em torno do IHGB. Os limites da escrita sobre o futuro e o passado da jovem nação começavam a ser moldados. A representação sobre Farroupilha passava por esse controle, por esses espaços de escrita, que eram espaços de política e estética. Dessa forma, o romance aqui analisado também dialoga com a política da monarquia brasileira.

Para tanto, a reconstrução da ambiência histórica da escrita ajuda a entender o próprio romance, isto é, o lugar de produção textual que limita a escrita sobre a Farroupilha. Mas isso não é tudo: o significado de um texto, de uma escrita, não se explica somente por seu contexto ou por uma base econômica, antropológica ou política-institucional. Também, o texto exige uma análise de sua estrutura, de seus personagens e de sua intriga, que não são apenas um reflexo do lugar de produção.

Ademais, nesse contexto intelectual, social e político do Império, vem a lume, em 1870, o romance *O gaúcho*,¹⁷ do escritor cearense José Martiniano de Alencar, nascido em Mecejana, Ceará, em 1º de maio de 1829. Em 1838, sua família transferiu-se ao Rio de Janeiro. Seu pai, José Pereira de Alencar (1794-1860), foi senador do Império e duas vezes presidente da Província do Ceará. José de Alencar formou-se, em 1850, em Direito, na província São Paulo. Iniciou trabalhando no jornal *Correio Mercantil*¹⁸ no começo da década de 1850, depois, em 1856, transferiu-se para o *Diário do Rio de Janeiro*. No mesmo ano estreou na literatura com o romance *Cinco minutos*. No início da década 1860, elegeu-se deputado pelo Partido Conservador, depois, em 1868, tornou-se ministro da Justiça. José Alencar foi, então, sempre ligado à construção da jovem nação, tanto na vida política como na literária.¹⁹

Em relação a hipótese do artigo, esta parte do texto informa que há uma construção estatal da memória e da história da jovem nação levada a cabo pelos burocratas, letrados e políticos do império no qual se encontra Alencar. Do mesmo modo, a literatura romântica fornece a estética de representação literária a disposição de Alencar. Além disso, aos letrados da época não havia a separação acadêmica e profissional entre historiográfica e literatura, tornando o contorno e diferenças entre ambas mais sutis e sendo esse espaço intelectual e epistêmico que Alencar vai operar ao manejar sua escrita literária da história em articulação com a historiografia da época.

A prática (I): A antessala do romance

Examinando a prática literária de Alencar na operação de *O gaúcho*, avalia-se que a hipótese da relação do romance com a historiografia e a articulação de ambas se torna mais complexa e pertinente a este artigo. Assim sendo, o romance *O gaúcho* teve um processo de pesquisa histórica para sua confecção (RAMOS, 2015, p. 171). Em notas ao fim do romance, Alencar relata as fontes que pesquisou para escrever o livro: “Quanto, porém, à revolução rio-grandense de 1835, tive de consultar os jornais do

tempo, onde se acham transcritas as participações oficiais. Não encontrei, nem tive notícia de crônica ou memória histórica sobre este importante acontecimento” (ALENCAR, 1982, p. 170).

Pelo visto, Alencar não teve acesso às três memórias publicadas.²⁰ Mas, como no período a historiografia era em seu modo produzida enquanto *história magistra vitae*, a história entrava no romance por essa porta, isto é, pelas lições dos antigos.²¹ Alencar cita o livro *Apuntes para la historia de la Republica Oriental*, de Sr. Pascual como fonte sobre o desarmamento, em 1832, de Juan A. Lavalleja (1784-1853) por Bento Gonçalves (1788-1847). Tal livro também não é um livro de história, mas apenas apontamentos para a história. Para escrever sobre a cultura do gaúcho, Alencar encontrou apenas um artigo do colombiano José Maria Torres Caicedo (1830-1889). A “história” que Alencar usou está principalmente escrita em jornais. Mas parece-me que, de certa forma, ele tinha consciência (para sua época) desses impasses do saber histórico (nacional) (RAMOS, 2015), pois em mais uma nota no fim do romance escreveu:

Quanto à parte histórica, o autor foi mais sóbrio do que desejava, e quiçá do que esperava o leitor; limitou-se a atravessar de relance o prólogo da revolução rio-grandense. A isso o obrigaram seus escrúpulos; trinta e cinco anos, menos de meio século, não bastam para arquivar fatos e personagens tão ligados ainda ao presente pelos vínculos das paixões e famílias. Nem todos os bustos dessa galeria são, como o de Bento Gonçalves, da classe daqueles homens que ao sair do mundo entram logo na posteridade. Muitos há cuja memória sofre uma espécie de incubação antes de pertencerem à história. (ALENCAR, 1982, p. 173).

Ele sabia que a história do passado imediato da nação brasileira, ainda em construção, era vetada pelo IHGB (GUIMARÃES, 1995). Por isso entendia, de certa forma, que 35 anos eram ainda um tempo relativamente curto para se escrever sobre um fato de suma gravidade para a construção e consolidação da nação. Alencar acreditava que era preciso um tempo para arquivar, deixar as paixões arrefecerem. Ele entendia que era necessário incubar a memória da maioria das pessoas até poder se escrever a história, mas, também, em seu entendimento da história, os “grandes homens” não precisavam desse tempo. Eles já eram história, e esse era o caso de Bento Gonçalves, pois, os varões históricos estão acima das paixões do seu tempo. Como os grandes homens do passado, Bento Gonçalves forneceria as lições da história imediatamente ao seu desaparecimento, ao presente e ao futuro, isto é, com o recurso a *Historia Magistrae Vitae*, Alencar insere a história no romance.

Quando Alencar lançou o romance *O gaúcho*, ele já era um reconhecido e famoso escritor nacional. Era a época de uma literatura nacional orientada à designação dos componentes basilares da cultura nacional. Alencar, então, narrou aos leitores a formação nacional das várias regiões do Brasil e:

Esta intenção cultural surge em conjunto com uma necessidade política da jovem nação de construir a sua imagem, de encontrar em sua História valores autóctones formadores da cultura brasileira. Assim inicia-se dentro do movimento literário romântico uma tendência que se propõe a mapear os modos de viver regionais, tendo José de Alencar como o intelectual que conduz este pedagógico projeto nacionalista que visa apresentar os costumes, o linguajar e o comportamento típicos dos habitantes de outras regiões do interior do Brasil, aos brasileiros da Corte e vice-versa. Alencar manifesta muita consciência quanto ao seu papel [...] demonstrando o quanto se sentia historicamente envolvido no esforço de construção da identidade nacional via Literatura. (GOMES, 2008, p. 40-41).

É nessa atmosfera que surge *O gaúcho*. Logo, os distintos modos de ação, no romance fonte do artigo, em benefício de um idioma literário nacional, incluem a sua reflexão a propósito da literatura,

o seu procedimento de criação literária e o significado de sua obra para a jovem identidade brasileira.²² Além do mais, os painéis dos romances seriam, no conjunto da obra alencariana, uma figuração da própria formação brasileira. O projeto literário de Alencar aspirava registrar todo o país, e seu legado é menos os personagens que as regiões tornadas literárias.²³

Em relação ao desenvolvimento da hipótese, percebe-se uma articulação da escrita literária de Alencar com a *Historia Magistra Vitae* praticada no IHGB. Contudo, a escrita da história contemporânea não era avalizada no Instituto (GUIMARÃES, 1995). Desse modo, Alencar usa de uma forma de escrita historiográfica relativa ao período para subsidiar a sua escrita literária, porém avança e ultrapassa a historiografia, na relação com o romance, ao escrever a história recente da jovem nação. Portanto, ele ao mesmo tempo está ciente da operação historiográfica da época, contudo, sua escrita literária da história impele o passado em texto.

A escrita (I): A estória

O romance *O gaúcho* começa por uma descrição da natureza. O narrador descreve como melancólicos e solenes os vastos campos que margeiam o rio Uruguai. A paisagem é erma, imóvel, de profunda solidão. Ademais, o pampa é o pasmo, um assombro e uma surpresa da natureza. O pampa é a pátria do tufão, passa a borrasca sem deixar vestígio e “a savana permanece como foi ontem, como há de ser amanhã” (ALENCAR, 1982, p. 14). A narrativa do romance *O gaúcho* propõe uma ligação da natureza com os seus habitantes, isto é, os animais e o homem refletem a natureza que os cerca, suas qualidades provêm da natureza. Para o narrador, cada região tem sua alma, o que impõe sua originalidade, portanto, “A natureza infiltra em todos os seres que ela gera e nutre aquela seiva própria; e forma assim uma família na grande sociedade universal” (ALENCAR, 1982, p. 14). Assim, os habitantes das estepes americanas, homens, animais ou plantas têm uma só alma pampa: “A coragem, a sobriedade, a rapidez” (ALENCAR, 1982, p. 14). São, assim, todos filhos do pampa, porém, nenhum espelha mais intensamente a alma pampa do que o homem, o gaúcho. Contudo, a civilização adulou a virgindade primitiva, “perdeu o pampa o seu belo nome americano. O gaúcho, habitante da savana, dá-lhe o nome de campanha” (ALENCAR, 1982, p. 14).

Era manhã de 29 de setembro de 1832, reinava o inverno e soprava o minuano. Descreve o narrador que um moço de 22 anos corria a toda velocidade na campanha. Reconhecia-se pelo traje que era um gaúcho: poncho, chiripá, botas e chilenas grossas. Vinha montado e trazia, junto a si, mais três cavalos. Para o narrador, o cavalo é a fibra mais sensível do coração do gaúcho. Na parada, comia um churrasco. Seu nome era Manuel Canho.

Na tarde desse mesmo dia havia um alvoroço na vila de Jaguarão. O general Lavalleja fora batido por Fructuoso Rivera (1784-1854) no Uruguai. Derrotado, foi obrigado a passar a fronteira. Em território brasileiro, o caudilho foi intimado pelo coronel Bento Gonçalves a entregar as armas. Os soldados foram recolhidos ao quartel e Lavalleja ficou hospedado na casa de Bento Gonçalves, esperando um destino. Em Jaguarão, o povo especulou que Bento não desarmou com gosto o caudilho, e que preferia ter feito isso com Rivera. Para o narrador (1982, p. 20):

O coronel Bento Gonçalves da Silva [...] era então o homem mais respeitado em toda a campanha do Rio Grande do Sul. Franco e generoso, bravo com as armas [...] montando a cavalo como o Cid campeador, era Bento Gonçalves o ídolo da campanha. Os homens o adoravam; as mulheres o admiravam. [...] Da influência que exercia Bento Gonçalves sobre o ânimo da população, pode bem dar uma ideia o que dizia há pouco um dos camaradas reunidos no alpendre da pousada: “Se ele não quisesse, quem o obrigava?” estas palavras traduziam

a convicção daquela gente. Para os habitantes do interior, o coronel era o rei da campanha; ninguém tinha o direito de lhe dar ordens; desarmara Juan Lavalleja porque assim lhe aprouvera, como poderia protegê-lo, unir-se a ele, e marchar sobre Frutuoso Rivera. Havia então no Rio grande do Sul outros coronéis, e entre eles o veterano Bento Ribeiro, que devia figurar posteriormente na história de sua província de uma maneira tão triste [...] mas o coronel por excelência [...] era Bento Gonçalves.

Enquanto isso, em uma venda a população continuava a conversar sobre o ocorrido. Para um carneador, Bento deveria prender Lavalleja. Para outro habitante, Bento Gonçalves não havia por que querer libertar a pátria, pois, dizia o popular, “as coisas vão mal; o governo do Rio não dá importância aos homens da província” (ALENCAR, 1982, p. 20). Outro retrucou que não por falta de vontade de Montevideu a Província não se separava. Ainda, outro dizia que, se não fosse o coronel, eles passariam pela fronteira como se fosse a própria casa. Para o narrador, “Eram os pródromos da revolução que devia prorromper três anos depois. A semente aí estava lançada na população, e se desenvolvia com o vento sedicioso que sopra do Prata” (ALENCAR, 1982, p. 20). Segundo o narrador de *O gaúcho*, a origem da revolução estava na influência platina. A paisagem do livro é a fronteira: Jaguarão, Alegrete, Bagé, Uruguai, Livramento, Entre-Rios, Corrientes, Dom Pedrito, Salto, Concórdia.

Era a hora da ceia e Bento Gonçalves voltou para casa e encontrou Lavalleja nervoso a falar. O caudilho uruguaio exclamou para Bento Gonçalves: “Coronel, o senhor não é um homem!” (ALENCAR, 1982, p. 22). Bento Gonçalves respondeu, passada a cólera, que precisaria dois castelhanos para fazer meio brasileiro. Lavalleja retrucou, voltou a insistir no mesmo ponto, porque para ele, se Bento fosse homem seria o primeiro em todo o Rio Grande: “Em vez de coronel se faria General” (ALENCAR, 1982, p. 23). Para o caudilho do Estado Oriental, o Rio Grande do Sul seria um Estado independente se Bento assim o desejasse, e o acusava de preferir tomar “mate como uma velha” do que agir como homem. Bento Gonçalves o ironizou, perguntando do que valeu a divisão da Cisplatina se agora era seu prisioneiro. Respondeu-lhe o caudilho que eram as contingências da guerra, mas que não era governado por um menino de sete anos. Bento respondeu que quem governa é a lei. O narrador quis mostrar as diferenças de caráter dos dois líderes. Lavalleja é castelhano, portanto, não é confiável; Bento Gonçalves, brasileiro, portanto, respeita as leis do país. Retornando a narrativa, retrucou-lhe o caudilho que quem governa é a força ou a astúcia e finalizou dizendo a Bento Gonçalves: “o Rio Grande lhe pertence, coronel”. Por isso, que o narrador só denominou de caudilho o uruguaio, pois não teria respeito à lei. Nisso, o anfitrião ordenou a ceia. Lavalleja afirmou que não acreditava que o coronel iria deixar passar tal oportunidade. Bento, terminando a conversa, respondeu:

Sou brasileiro; nasci cidadão do império; e assim hei de viver, enquanto houver liberdade em meu país, porque para mim a liberdade não é a burla para enganar o povo, mas o primeiro bem, que não se perde sem desonra, e não se tira sem traição. Quando eu me convencer que para ser livre, é preciso deixar de ser imperialista, não careço que ninguém me lembre o que me cabe fazer. O coronel Bento Gonçalves saberá cumprir seu dever (ALENCAR, 1982, p. 23-24).

O romance *O gaúcho* reafirma a identidade brasileira unida à integridade do Império e que os brasileiros lutam pela liberdade e os platinos pelo poder. O romance procurava fornecer à nacionalidade em vias de formação padrões de conduta através da ação de seus personagens. Acabou que o romance alencariano também fixou-se num centramento da brasilidade que o induziu para certa depreciação dos países platinos. Sendo a tônica de *O gaúcho* e do período era à vontade em nacionalizar a literatura no século XIX, isso levou o romance alencariano a ser marcado pelas tensões sul-americanas.²⁴

Voltando a estória, passaram a ceia. Nisso, chegou Manuel Canho e beijou a mão de seu padrinho e disse-lhe que queria falar em particular. Bento afirma que o faria depois da ceia. Bento Gonçalves serviu um peixe a Lavalleya, depois, um escravo levou os pratos para a comitiva de gaúchos de Bento Gonçalves. Após da ceia, Bento e Canho falaram em particular. Manuel Canho pediu a seu padrinho a bênção para vingar-se do homem que matou seu pai. Canho diz que não se vingou antes porque tinha que assegurar sua mãe caso ele não voltasse, ao que seu padrinho respondeu: “E Bento Gonçalves não está aqui” (ALENCAR, 1982, p. 24). Canho respondeu que o padrinho tinha muitos por quem olhar. Bento Gonçalves abençoou a vingança. O gaúcho beijou a mão do coronel e partiu, autorizado a vingar-se.

Manuel Canho, durante toda a narração, é um personagem mobilizado pela obsessão de vingar a morte de seu pai. Canho tornou-se um solitário, amando os cavalos e rejeitando as mulheres. A mulher que é, em uma passagem do livro, mero objeto de troca num jogo de cartas, logo após torna-se uma ameaça a invadir a solidão de Canho em meio aos cavalos.

Consumada a vingança, Canho atravessou a Banda Oriental, passando a fronteira em Jaguarão, para falar com seu padrinho novamente. O gaúcho queria a aprovação do coronel pelo que fez. Para Canho, Bento era “o símbolo da coragem, da honra, da justiça, da virtude. Aquilo que ele achasse bom devia merecer a graça de Deus” (ALENCAR, 1982, p. 71). Bento Gonçalves tinha duas estâncias em Camaquã, porém o serviço militar o retinha em Jaguarão. Muitas vezes o chamavam fora da vila ou a estâncias próximas nas quais havia “jogo forte de parada”, que, para quem teve uma existência cheia de perigos, carecia das emoções desse entretenimento. Manuel Canho contou toda a história até vingar-se, isto é, matar o assassino de seu pai. O padrinho aprovou suas ações. Na saída, quando Canho beijava-lhe a mão, o coronel lhe deu uma onça de ouro e lhe disse para comprar um presente para sua mãe e namorada.

No romance *O gaúcho*, enquanto transcorria a existência obscura e tranquila de Canho, “ensaia-se o drama terrível” que ensanguentaria a Província e a transformaria num campo de guerra, estava em curso o prólogo da revolução. Desde 1832, quando se realizou o desarmamento de Lavalleya por Bento Gonçalves, iniciaram-se, para o narrador, os germes de uma conspiração para espalhar a independência e a república na Província. O caudilho uruguaio concentrou energias para promover a propaganda de sua pretensão. Desse tempo data a criação de sociedades secretas que se ramificaram por toda Província sob a invocação da liberdade, mas que no fundo preparavam a revolução. Lavalleya foi a Buenos Aires, onde:

obteve para o futuro estado a proteção secreta de Rosas (...). Naturalmente assistiu ele às conferencias onde se planejou a grande Confederação do Prata, formada dos três estados independentes: de Buenos Aires sob a ditadura de Rosas, Montevideu sob a ditadura de Lavalleya, e Rio Grande sob a ditadura de Bento Gonçalves. (ALENCAR, 1982, p. 80).

Há uma nítida vinculação da Farroupilha com o Prata no romance. A revolução teria nos caudilhos platinos um suporte e um espelho. E como a revolução levou à fundação da República Rio-Grandense, semelhante às repúblicas platinas, essa ligação não passou despercebida em *O gaúcho*, em que foi narrado um grande projeto platino que incluía o Rio Grande. E como as repúblicas platinas eram sinônimo, para o projeto da monarquia centralista, de anarquia e desordem, tal significado aderiu no sentido da Farroupilha.

No partido que se organizava a oposição armada, “havia uma fração que era francamente republicana” (ALENCAR, 1982, p. 80), a que aspirava à independência com a Confederação do Rio da Prata. Para o narrador, o republicanismo chegou a tal ponto “que desvanecia de momento a repugnância

tradicional das duas famílias da raça latina” (ALENCAR, 1982, p. 80). Para o narrador, não havia dúvida que Antônio de Sousa Netto (1803-1866) e David Canabarro (1796-1867) eram a alma do republicanismo na revolução. Contudo, observou que a outra fração política do mesmo partido não tinha ideias de separação e independência e limitar-se-ia a restaurar a liberdade. Dessa parcialidade política, “era chefe incontestado Bento Gonçalves da Silva, o homem de maior influência na província, aderiram sinceramente não só liberais da campanha como a classe militar, decaída do antigo lustre com a política democrática e pacífica, inaugurada pela revolução de 7 de abril” (ALENCAR, 1982, p. 80).

No romance *O gaúcho*, portanto, interesses ofendidos se reuniram contra um inimigo comum: a regência trina. Um governo fraco que tinha a irritação dos aliados e o desprezo dos adversários. Para o narrador, Bento Gonçalves resistiu às instâncias do grupo republicano e, por isso, “A história lhe fará justiça”, porque foi sua lealdade e o seu prestígio que contiveram a revolução há muito fomentada na população. Continua o narrador que não havia no espírito de Bento uma atuação tão forte do princípio monárquico “quanto o sentimento de nacionalidade e, sobretudo da dignidade da raça. Como brasileiro devia repugnar-lhe a comunhão com os povos de origem espanhola” (ALENCAR, 1982, p. 81). Tampouco devia passar despercebido para o coronel que a intenção de Rosas era “a restauração do antigo vice-reinado de Buenos Aires” (ALENCAR, 1982, p. 81). Também, narrou-se que Bento foi chamado à Corte acusado de excitar à revolução. Contudo, ele nunca se aproveitou das desordens e voltou da Corte disposto a acalmar os ânimos. Entendeu-se que o coronel não defendeu a revolução e a julgava com rigidez. Em *O gaúcho*, o personagem de Bento Gonçalves era respeitado, franco, generoso, bravo, um Cid Campeador, o adoravam, admiravam, era o rei, o ídolo da campanha, brasileiro, cidadão do Império, um libertador, conteve a revolução dos radicais, era um monarquista com o sentimento de nacionalidade e dignidade da raça, não era revolucionário e um dia a história lhe faria justiça. Não obstante, a narração para com a Farroupilha foi diferente, e na escrita de *O gaúcho*, o “drama terrível” (a Farroupilha):

Não foi unicamente um crime político, um atentado à integridade do Império, foi mais do que isso, foi um grande erro que felizmente não se consumou. A separação do Rio Grande seria um sacrifício de sua nacionalidade, que brevemente ficaria absorvida, senão aniquilada pela anarquia das repúblicas platinas. Não se decepa um membro para dar-lhe força. (ALENCAR, 1982, p. 81).

Na interpretação que *O gaúcho* oferece à Farroupilha, esse foi mais que um erro, foi um cálculo político infeliz contra a nacionalidade brasileira e a integridade do Império, fora um golpe da anarquia platina contra a ordem imperial. Portanto, o lugar social monarquista está presente na narrativa do romance *O gaúcho*.

A partir disso, há mais elementos ao desenvolvimento da hipótese do artigo. Isto é, na fase da escrita, percebe-se, no texto alencariano, sua relação com a historiografia através da *Historia Magistra Vitae*, em que Bento Gonçalves torna-se o exemplo de comportamento a ser seguido. Além disso, também, como nas memórias-históricas à época, Alencar acredita na influência platina da Farroupilha (SOARES, 2016). Em relação à literatura comparada à historiografia, o romance inicia-se em 1832, quando recém haviam passado 25 anos do término da Farroupilha; algo impensado na historiografia do IHGB, também, o texto descreve a natureza e o tipo local modelado a partir de Canho. Apesar da condenação da Farroupilha em *O gaúcho*, ela a integra quando, a partir de Bento e Canho e, separando esses da fração republicana do movimento, a história da província rebelde integrasse a memória e a história nacional via literatura.

A prática (II): Entre a historiografia e a literatura – *O gaúcho*

Neste momento do romance, o narrador faz uma reflexão sobre sua escrita da “revolução”

A história, superior às paixões, restabelecerá a verdade dos fatos. Não é meu propósito antecipá-la. Dessa página apenas destaco o vulto do homem que figurou como protagonista da tragédia política, em cuja cena também se representou o drama simples e obscuro que me propus narrar. (ALENCAR, 1982, p. 81).

Alencar sabia que ainda não era o momento de escrever a história da Farroupilha. Essa passagem dá vazão à hipótese de Lúcia Guimarães (1995) sobre a escrita da história no Brasil Império. Para o narrador, a história era superior às paixões, logo, superior à memória e ao romance. O narrador parece dissociar, a princípio, o romance e a verdade (cientificamente conduzida). Entre a história e o romance não haveria só uma diferença de gênero narrativo, mas também da possibilidade de narrar a verdade do passado.²⁵ Creio que, por mais que haja uma “intenção historiadora” e um zelo com as fontes em Alencar, essa intenção, no caso de *O gaúcho*, é para tentar problematizar a história, isto é, poder escrever sobre a história recente da jovem nação em construção, o que seria um certo “drible” na impossibilidade imposta pelo IHGB de narrar a história recente do Brasil à época. Em outras palavras, para poder escrever a história recente, o subterfúgio foi escrever a história literariamente. Como ele procedeu? Ao colocar a sua forma de fazer romance como semelhante à paixão e a história como análoga da verdade, o narrador cria, entre a historiografia e o romance, um espaço de possibilidade ficcional para inserir diálogos, paisagens, personagens e, sobretudo, Manuel Canho – que não é um Hamlet guasca,²⁶ e sim um cavaleiro errante do pampa às avessas com sua monomania, a vingança pessoal – que permite a Alencar imaginar, mais livremente que qualquer outro romancista, várias possibilidades de ação no enredo: seu amor por cavalos, seu desprezo por mulheres, sua honra,²⁷ sua admiração por seu padrinho, seu relacionamento ambíguo com Catita e sua ligação com a natureza, e, por fim, “criar” uma interpretação da Farroupilha.

Assim, o narrador, ao escolher Manuel Canho e Bento Gonçalves como os tipos principais, assegura a diversidade social da fala e a diferenciação das vozes individuais que florescem nessas condições. De outro modo, a monomania de Canho não impede que se manifestem aspectos contraditórios da vida sul-rio-grandense contemporânea, desde a relação com o Prata, a indefinição política da revolução, a vida guerreira e galanteadora do campo, o desprezo e a rendição às mulheres, a opinião popular aparecendo no romance e, por fim, a relação contraditória com a Corte imperial. Portanto, o romance passa aceitar tipos e a história se mescla a ficção literariamente conduzida. Assim, em contraposição a uma certa fortuna crítica de *O gaúcho*, e no desenvolvimento da hipótese do artigo, entendesse que a *mimesis* alencariana dialoga com a historiografia de sua época, mas a ultrapassa em sua própria “casa”, isto é, Alencar vai além da objetividade empirista ingênua do período, como se a verdade fosse documental e ele só consegue fazer isso pois opera a história literariamente.

A escrita (II): Finalizando a estória

De volta a narrativa de *O gaúcho*, no suceder dos dias, ocorreu a demissão de Bento Gonçalves do comando do 4º corpo de cavalaria e da fronteira de Jaguarão. Segundo o narrador, esse ato de energia teria abrandado o drama terrível se não fosse a fraqueza da regência. A exoneração de Bento foi avaliada como um desafio à revolução e, desse modo, formou-se na campanha uma convicção de que o rompimento era inadiável.

Manuel Canho soube dessa notícia por um peão numa estância em Bagé, foi para casa e contou a novidade para a mãe e para a irmã, Jacintinha. Para o narrador, todos sabiam o alcance do fato. Sua mãe logo procurou a mala de seu pai e a irmã alcançou-lhe a roupa enquanto ele arrumou suas armas. Com tudo pronto, Canho foi ao encontro do padrinho. Bento tomava mate na varanda quando avistou o gaúcho. Canho disse que veio assim que soube da notícia, e Bento respondeu-lhe que estava procurando alguém disposto a tudo. O gaúcho disse-lhe que faria tudo de boa vontade. Canho serviu de segurança ao padrinho em suas idas a Porto Alegre, onde o coronel, além de grande popularidade na Capital, fazia seu jogo político e consumia-se nos divertimentos da capital e nos jogos de azar.

Quem percorresse a campanha no mês de agosto de 1835 observaria certo movimento que não era normal. Pelas estradas encontrava-se a cada instante gente armada que ia se reunindo, famílias que mudavam de um lado para o outro da Província. O aspecto animado do povo era um sinal evidente da aproximação da guerra. Agitação que se propagara por toda fronteira, de São Borja a Jaguarão, mas concentrada em Piratini, que era o ponto de reunião, onde as estâncias estavam recebendo hóspedes e peões.

No decorrer da narrativa, o coronel Bento Gonçalves mandou chamar imediatamente o gaúcho. O coronel estava irado. Bento, ao ver Canho, confiou-lhe entregar várias cartas, de Rio Pardo até Alegrete, para Bento Manuel. O gaúcho encilhou o cavalo e partiu às pressas para cumprir o que ordenou seu padrinho.

Para Manuel a causa a que se dedicara era um homem, e nada mais. A afeição que recusava à sua espécie se concentrara ultimamente em um indivíduo. Bento Gonçalves se tornara para ele um símbolo, uma veneração. Tinha pelo velho guerreiro admiração profunda; e enchia-o de orgulho a ideia de estar ligado a ele por um laço espiritual. Não sabia Manuel o que intentava o coronel; e nunca se preocupara com isso. Para quê? Sua missão era acompanhar, servir, defender o seu homem, e morrer quando fosse preciso para salvá-lo ou para vingá-lo. (ALENCAR, 1982, p. 96).

Na entrega das cartas, o gaúcho conhece Lucas e Félix e descobre que seu pai já havia lutado ao lado de Lucas no passado. Também, ele salva Catita, filha de Lucas, de um acidente, ela que no futuro será seu par amoroso. Contudo, fatos de suma gravidade aconteciam naquele tempo, pois, “o partido republicano, de quem Netto era a alma, senão a cabeça, tinha visto com intenso desgosto a hesitação de Bento Gonçalves em proclamar a república” (ALENCAR, 1982, p. 98). Acreditavam que, com a demissão, o coronel romperia com sua resistência à revolução e, assim, esperavam que os radicais, com o apoio inicial de Bento, se apoderariam do movimento.

Contudo, Bento Gonçalves esperava que a regência de Padre Feijó (1784–1843) repará-lo-ia dos agravos que sofreu; então, temendo perder a disposição do coronel, os republicanos resolveram precipitar o acontecimento. Foi marcada para o dia 7 de setembro a revolução e tudo se fazia, às escondidas, em nome de Bento Gonçalves. Netto procurou reunir alguma força em Piratini. Os mais ardentes defensores da revolução chegavam, entre eles Lucas Fernandes. Nisso, Manuel Canho voltou de sua missão de entregar as cartas e Lucas foi com ele encontrar o coronel, pois Lucas queria lutar sob as ordens de Bento Gonçalves, sua maior honra. Porém, chegando à estância do coronel com Canho, ele viu Bento Gonçalves envolvido em trabalhos rurais. Com o passar dos dias, e sem perceber qualquer movimento militar, Lucas pergunta sobre a revolução ao coronel, que lhe responde: “Qual, revolução! Deixe-se disso; vá para casa e fique sossegado”. Lucas, que era furriel, não entendeu.

Em uma noite na Vila de Piratini, ouve-se um homem aos gritos de “tomamos Porto Alegre”. Era Lucas Fernandes, e logo a população foi à praça aclamar com entusiasmo a revolução. Para o narrador, não era de estranhar-se o desenlace dos acontecimentos que chegavam a Piratini, porque depois de 7 de

setembro “alguns amigos de Bento Gonçalves o tinham convencido de que a revolução era inevitável” (ALENCAR, 1982, p. 106).

No ponto em que havia chegado à situação, se Bento Gonçalves não tomasse a frente dos rumos, seria total a radicalidade, por isso, “o meio mais seguro de prevenir a separação da província era sem dúvida a revolução; ela tirava o pretexto aos republicanos” (ALENCAR, 1982, p. 106). O coronel saiu de Camaquã, convencido por essas razões, e marchou sobre Porto Alegre a 20 de setembro. O presidente Fernandes Braga (1805-1875) fugiu e organizou a resistência em Rio Grande. O coronel, senhor da capital, despachou Manuel Canho com uma carta para Netto em Piratini, avisando que deveria bater Silva Tavares (1792-1872) em Herval. Lucas, que estava também na Capital, seguiu com Canho para estar mais perto da próxima luta.

Ao longo da narrativa, Manuel Canho apaixonou-se por Catita. Em Piratini, Canho foi avisá-la da última ordem que recebera de Bento Gonçalves, que era a de levar uma carta para Juan Manuel Rosas (1793-1877) em Buenos Aires. Um mês passara até que Manuel Canho voltasse da missão. Antes de ele regressar a Piratini, passou em Bagé para ver a mãe e a irmã. Logo após, partiu para Piratini para encontrar Catita. Contudo, ao chegar, o gaúcho ficou sabendo pelo pai da moça que ele fora desonrado. A moça fora enganada por um mascate chileno chamado D. Romero.²⁸ Nesse momento em que o gaúcho está atônito, Bento Gonçalves chegou à casa de Lucas. Fortunata, a mãe de Catita, contou ao coronel o que ocorreu. Bento aproximou-se de Canho e deu-lhe uma palavra de consolo. Ele despertou-se com a voz do coronel, sorriu-lhe e entregou-lhe a carta que Rosas lhe enviara. Depois disso, apartou-se e foi atrás da sua vingança, mas o chileno fugiu e estava protegido por tropas legalistas. Contudo, Canho conseguiu capturar o chileno e o levou a Piratini, onde o obrigou a casar com Catita. Depois, o chileno tentou violar Catita e foi morto por Manuel Canho. O gaúcho e Catita, ele assombrado e selvagem, ela procurando em Canho sua redenção moral e agarrada em seu corpo, somem juntos montados em um cavalo em meio a um tufão.²⁹

Conclusão

O gaúcho constitui um momento do projeto literário de José Alencar de narrar a brasilidade da jovem nação. Assim, regionalizar em Alencar não significa fragmentar, mas integrar a cultura local no todo do projeto nacional. Alencar usou elementos regionais em *O gaúcho*, apropriando-se da estética romântica para construir uma simbologia que expressava a natureza nova e peculiar das nações em construção. Dessa forma, a Farroupilha mostrou-se, na narrativa alencariana, como parte de um projeto literário nacional em que os personagens históricos ou fictícios representam uma parcela de um quadro maior. Alencar estava vinculado de forma política e estética com a construção da memória e da história das instituições da monarquia imperial brasileira, contudo, constrói um romance em que a ficção leva o histórico e o historiográfico a contradições ao conseguir articular a memória da Farroupilha à história nacional.

O romance *O gaúcho* é a escrita literária da história de José de Alencar sobre a Farroupilha, sua interpretação e sua representação na forma literária. Nela, pode-se perceber o lugar social da escrita, a prática literária e as formas de escrita. Um lugar social monarquista que integra a nação, sua história e memória, de forma centralizada nas instituições imperiais. O romance é uma condenação política da Farroupilha, pois esta intentou contra a integridade da monarquia. Porém, dentro do projeto alencariano de integrar as regiões ao todo nacional, os personagens de Bento Gonçalves e Manuel Canho são a linha pelo qual a memória do sul rebelado integrasse na história nacional. São selecionados os caracteres que fazem a província sulina voltar a participar politicamente da monarquia.

O período em que foi publicado é a ocasião de auge das instituições monárquicas. No campo intelectual, o IHGB firmasse como o detentor e divulgador da memória da nação e a literatura romântica já expressa e cria os tipos, as paisagens e a história nacional. O lugar social aparece como o não dito da política e das instituições monárquicas; a prática literária apresenta-se enquanto estética romântica e articulação e ultrapassagem à prática historiográfica do IHGB e, além disso, a escrita literária da história mostra-se como a condenação da Farroupilha e como assunção de personagens sulinos (Bento e Canho) integrados aos tipos nacionais. A operação literária da história potencializou uma interpretação além da crítica habitual sobre *O gaúcho*, pois, a partir da hipótese do artigo, de relacionar o romance e a historiografia, e através disso comparar a escrita literária da história com a escrita da história, historiografia e literatura, como supostamente contrários, se completaram na *mimesis* alencariana que subsiste da complexa união dos opostos.

Referências

- ALENCAR, José de. (1870). *O gaúcho*. São Paulo: Ática, 1982.
- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 15, n. 44, p. 35-54, 2000.
- ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 176-193.
- BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de (org.) *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 225-279.
- CAMPOS, Maria Consuelo. Apontamentos para uma leitura de “O Gaúcho”. In: ALENCAR, José de. *O gaúcho*. São Paulo: Ática, 1982. p. 5-9.
- CANDIDO, Antonio. *A formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013.
- CÂNDIDO, Wesley Roberto. *José de Alencar: sou americano para o que der e vier*. Maringá: Eduem, 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.) *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 83-129.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (org.) *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 173-208.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra. *Escrita, linguagem, objetos: Leituras de história cultural*. Bauru: Edusc, 2004a. p. xx-xx.
- CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência: Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*. v. 8, n. 10, jul/dez, 2004b.
- CHAVES, Flávio. *Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: Instituto Estadual do livro; Editora da Universidade, 2001.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. José de Alencar e os Rio-grandenses: Imaginário e Representações no romance *O gaúcho*. In: GRUNER, Clóvis; DeNIPOTI, Cláudio. *Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. p. 39-75.
- GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 459-613, 1995.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *O Controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Mool Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do Controle: O controle do imaginário; Sociedade do discurso ficcional; O fingidor e o censor*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860/1910)*. Tese (Doutorado em história) – UNICAMP, Campinas, 2004.
- MAGALHÃES, Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura. *Niterói, Revista Brasiliense. Ciência, Letras e Artes*, Paris, p. 132-159, 1836. Tomo 1.
- MEYER, Augusto. Nota preliminar. In: ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958. p. 409-418.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 233-267. v. 2.
- PICCOLO, Helga; PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL; José Hildebrando. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 30-60.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. José de Alencar e a operação historiográfica: fronteiras e disputas entra a história e a literatura. *História da historiografia*, n. 18, p. 160-177, 2015.
- RICOEUR, Paul. A composição da intriga. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 56-92. v. 1.
- RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da história e da ficção. In: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: O tempo narrado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 56-92. v. 3.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Entre a geração crítica e o giro linguístico: contribuição à história da historiografia sul-rio-grandense. In: SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Telles. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019. p. 9-27.
- SILVEIRA, Éder. *Tupi or not Tupi: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- SOARES, F. A. A. *Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farroupilha (1841 – 1999)*. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2016.
- SOARES, F. A. A. História das narrativas da Farroupilha. In: SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Telles. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019. p. 33-54.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins. Ao correr da pena: Uma leitura dos folhetins de José de Alencar. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo de Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 123-146.
- TAVEIRA JÚNIOR, Bernardo. *Provincianas*. Rio Grande: Liv. Evangélica, 1886.
- THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: As identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.
- ZALLA, J. O gaúcho de José de Alencar e a nação como projeto: “romantismo político” à brasileira? *Nau Literária*, v. 6, n. 2, p. 1-11, 2010.

Notas

- ¹ Optou-se denominar de “Farroupilha”, o que é conhecido mais comumente por Revolução Farroupilha, Guerra dos Farrapos ou Guerra Civil Farroupilha, porque, ao se examinarem os conceitos, o predicado que lhe antecede já seria um definidor do sentido do fato e da postura teórico-metodológica do pesquisador. Assim, o conceito “Farroupilha” busca uma abertura fenomenológica para a investigação do conceito que representa o passado referido no conceito, o que possibilita uma hermenêutica vinculada ao mundo da vida representada no mundo do texto (Soares, 2016).
- ² Nome do atual Estado do Rio Grande do Sul.
- ³ Sênio é o nome dado por Alencar ao narrador de *O gaúcho*.
- ⁴ Para Lima (2007, p. 432), “o privilégio da observação é parte integrante do culto da verossimilhança, que, em seu sentido usual, partilhava do *corpus* canônico ao veto ao ficcional”. Lima (2007, p. 433) segue afirmando que no realismo ficcional (mesmo no romantismo) brasileiro em relação ao europeu, “a observação substituiu o primado da reflexão”. Alencar é acusado de falsidade por criar esse espaço para a ficção “respirar” em seu romance, independentemente de ter vindo ou não observar o gaúcho.
- ⁵ Entretanto, Lima (2007, p. 418) vai afirmar que no texto literário há uma *radicalidade não documental* por que o “discurso literário não se apresenta como prova, documento, testemunho do que houve, porquanto o que nele está se mescla com o que poderia ter havido; o que nela há se combina com o desejo do que estivesse; e que por isso passa a haver e a estar”. (LIMA, 2007, p. 418).
- ⁶ Tanto Lima (2007) como Ricoeur (2010, vol.1) demonstram a importância de se repensar o caráter poético da representação ou mimesis.
- ⁷ Chaves, (2001, p. 33), no mesmo sentido, assim escreve sobre o personagem Manuel Canho em *O gaúcho*: “Já não é possível conciliar as duas coisas, mesmo admitindo as liberdades inventivas da ficção romântica; torna-se muito difícil admitir e conceber o rei do deserto, o centauro dos pampas [...] agora vacilando feito um êbrio [...] afastando-se trôpego para não ser triturado na voragem do precipício feminino”. No mesmo sentido vai Zalla (2010).
- ⁸ Um exemplo disso é o debate sobre a questão indígena. Ver Guimarães (2011).
- ⁹ Sobre a indistinção entre atividades políticas e intelectuais no século XIX brasileiro, ver Alonso (2000). Também, para Lazzari (2004), apesar de história e literatura serem considerados gêneros distintos, ambas eram complementares aos “homens de letra” do século XIX. Tanto a história como a literatura eram praticadas, em muitos casos, pelos mesmos autores, sem uma maior especialização. Para Cezar (2004a), havia a carência de regras claras para definir as fronteiras do campo histórico e o literário.
- ¹⁰ O primeiro sinal desta mudança literária é a revista *Niterói* lançada em Paris em 1836 com o artigo de Magalhães (1836, p. 152): “No século XIX com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face Literária apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia de Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome”. Araujo (2008, p. 130-131) escreve, comentando o texto de Magalhães, que “no século XIX, a história da literatura estava destinada a assumir o papel que a religião exercera, ou seja, produzir totalidades estáveis”.
- ¹¹ Para Araujo (2008, p. 122), “Claro está que ao novo conceito de literatura era fundamental um novo conceito de história”. E segue o autor, “a cunhagem de um novo conceito de história não poderia ser entendida como uma tarefa de especialistas ou de um campo do conhecimento, mas como a confluência de demandas oriundas das mais diversas áreas da atividade ‘letrada’” (ARAUJO, 2008, p. 187).
- ¹² Para Candido (2013, p. 433): “[...] o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e enredo do que em certas regiões tornadas literárias”.
- ¹³ Segundo Araujo (2008, p. 120), “A ênfase no papel testemunhal da literatura é correlata à percepção da singularidade de cada povo e [...] de cada época ou geração [...] uma peça no grande quadro da história da humanidade”.
- ¹⁴ Conforme observou Guimarães (2011), os historiadores do IHGB não eram historiadores de formação, mas, eram juristas, militares, médicos ou políticos. Esses homens se definiam como literatos. Tanto Raimundo José da Cunha Matos como Januário da Cunha, fundadores do IHGB, eram servidores do Estado.
- ¹⁵ Sobre o entendimento do conceito de cor local no século XIX, ver Cezar (2004b).
- ¹⁶ Para Lima (2009, p. 228-229), “o controle supõe, primeiramente a concordância da obra com os valores aceitos e consagrados pelas instituições de certa sociedade, as quais costumavam (e costumam) recorrer a letrados para exercê-los [...] O controle visa a evitar qualquer dissonância, pelo menos de peso, entre a aventura narrada e os valores reiterados pela sociedade”.

- ¹⁷ Antes do romance *O Gaúcho*, outros dois romances já haviam tratado da Farroupilha: 1) *A divina pastora* (1847) e 2) *O corsário* (1849), ambos de Caldre e Fião.
- ¹⁸ Para Souza (1998, p. 139), esse período inicial do escritor Alencar é muito importante para entender o futuro grande romancista. “No entanto, a obra do romancista e do dramaturgo muito se beneficiou da série do Correio Mercantil. Foram estes folhetins que lhe serviram como campo de provas para a experimentação dos limites do narrar e lhe ensinaram como lançar mão do discurso para divulgar e defender proposições comprometidas com as visões de mundo de determinados grupos”.
- ¹⁹ Bosi (1992, p. 176) entendeu, a partir das relações políticas de Alencar, que o romance do escritor cearense “mostrou-se receoso de qualquer mudança social, parecendo esgotar os seus sentimentos de rebeldia ao jugo colonial nas comoções políticas da independência”.
- ²⁰ 1) *Bosquejo histórico e documentado* (1841), 2) *Negócios do Rio Grande* (1842), ambos de Saturnino Coutinho, e 3) *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias* (1846) de Antônio Câmara.
- ²¹ Para Cezar (2003), a historiografia do século XIX se caracterizou por: a) uma história pedagógica, uma *historia magistra vitae* calculada; b) combater os inimigos do Império; e c) a missão do historiador é tornar o Brasil conhecido e visível aos próprios brasileiros.
- ²² Notou Silveira (2009, p. 93) que “é plausível afirmar que o tema que aflora mais fortemente nessas discussões do oitocentos e do início do século XX é a nação [...] o que vem à tona é a querela em torno da poética mais adequada para a representação da nacionalidade brasileira”.
- ²³ Para Campos (1982, p. 8), “neste prisma, *O gaúcho* também se inscreve, no esforço de configurar – através da mediação da História – o espaço geográfico como signo literário que significa, recebe o caráter gráfico, à medida que é palco de feito histórico”.
- ²⁴ Sobre a americanidade na literatura de Alencar ver: Cândido (2016).
- ²⁵ Mesmo parecendo se distanciar da nascente disciplina histórica, Silveira (2009 p. 100-101) percebe uma “intenção historiadora” em Alencar, pois, a partir de sua imaginação transbordante, o autor cearense lidaria “cientificamente” com as fontes consultadas na preparação do romance e com historiadores seus coetâneos.
- ²⁶ Augusto Meyer (1958) tem essa interpretação, pois haveria um drama hamletiano refletindo o motivo psicológico do romance.
- ²⁷ “O mesmo sentimento de honra, estadeado em outros contextos, anima os romances históricos de Alencar” (BOSI, 2012, p. 243).
- ²⁸ Para Alencar (1982, p. 31), D. Romero tinha “excessivo donaire que afeta geralmente a raça espanhola”.
- ²⁹ Para Bosi (1992, p. 179), é possível detectar a existência de um complexo sacrificial na mitologia romântica de Alencar. Creio que possa ser o caso em *O gaúcho* também. Para Bosi, são obras cujas tramas narrativas se resolvem pela imolação voluntária dos protagonistas. A nobreza só se conquista pelo sacrifício de suas vidas.